

## II Guerra: censura e regulamentos para correspondentes da FEB (1944-45)

Helton Costa<sup>1</sup>

**Resumo:** o presente artigo tem como objetivo apresentar parte da atuação de correspondentes de guerra de jornais nacionais junto à Força Expedicionária Brasileira – FEB, entre setembro de 1944 a maio de 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, sob a ótica dos “Regulamentos para Correspondentes acompanhando o Exército dos Estados Unidos em Campo”<sup>2</sup>, de 21 de janeiro de 1942. Para isso traz à luz o referido documento e o compara com as práticas dos jornalistas Joel Silveira (Diários Associados) e Rubem Braga (Diário Carioca), relatados em suas obras e organizadas em forma de livros. Ao final espera-se mostrar como eram as políticas de comunicação às quais estavam sujeitos aqueles que tinham a missão de informar quem recebia em casa as novidades do *front* dos Apeninos, onde lutavam também tropas do Brasil.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Brasil. Segunda Guerra Mundial. FEB.

### World War II: censorship and regulations for correspondents of the BEF (1944-45)

**Abstract:** The present article aims to present part of the correspondence of war correspondents of national newspapers with the Brazilian Expeditionary Force (FEB) between September 1944 and May 1945, during World War II, under the "Regulations for Correspondents accompanying the Army of the United States in Field", dated of January 21, 1942. For that, it brings to light that document and compares it with the practices of journalists Joel Silveira (Diários Associados) and Rubem Braga (Diário Carioca), reported in their works and organized in the form of books. At the end, it is hoped to show how the communication policies to which they were subject were those who had the mission of informing who received at home the news of the front of the Apennines, where they also fought troops from Brazil.

**Keywords:** Journalism, Brazil, World War II, BEF.

#### Introdução

A Segunda Guerra Mundial durou de 1939 a 1945 e estima-se que pelo menos 60 milhões de pessoas entre civis e militares tenham morrido durante o conflito. De um lado ficaram tropas do dito Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e do outro os Aliados (Estados Unidos, Reino Unido e

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação Social, coordenador do curso de Jornalismo e professor da Secal, pós-doutor em História. E-mail: [helton.costa@secal.edu.br](mailto:helton.costa@secal.edu.br).

<sup>2</sup> Disponível em: < <http://www.ibiblio.org/hyperwar/USA/ref/FM/PDFs/FM30-26.PDF>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

União Soviética). Cada um dos oponentes buscou outros países como apoiadores. O Brasil optou pelo lado dos Aliados.

Foi uma aliança forçada, pois, conforme Thassilo Mitke e Joel Silveira (1983, p.15), o presidente Getúlio Vargas tinha certa admiração pelo regime fascista de Benito Mussolini e vários de seus generais também, como o Ministro de Guerra, Eurico Gaspar Dutra<sup>3</sup>, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que era o Chefe do Estado Maior do Exército e o chefe da Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que mais tarde até senador foi, durante a Ditadura Civil-militar (1964-1985).

O Brasil entrou na guerra em 1942, após o ataque japonês à Pearl Harbour em 07 de dezembro de 1941, quando declarou solidariedade aos Estados Unidos. Acordos assinados anteriormente entre países americanos diziam que se um deles fosse atacado, os demais deveriam prestar-lhe solidariedade. Esse acordo era de 1938 e reafirmado em 1939, quando a Alemanha já tinha invadido a Polônia e dado início à II Guerra Mundial. No encontro de Havana em 1940, o acordo foi mais uma vez confirmado, afinal, até então, os países do continente americano se mantinham neutros. Em 1941, no começo do ano, no Rio de Janeiro, os países concordaram que a agressão a um deles, seria uma agressão a todos. Logo, após Pearl Harbour, o Brasil se viu obrigado a cumprir o tratado internacional (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p. 34-42).

Na reunião do Rio de Janeiro, apenas Chile e Argentina saíram sem assinar o documento, isso porque, temiam represálias japonesas. A Argentina, conforme Joaquim Xavier da Silveira (1989, p. 37), mantinha agentes da Gestapo<sup>4</sup> em seu território. No Brasil, o irmão do presidente Vargas, Benjamin, não recusou um jantar oferecido a autoridades, pelo Embaixador alemão, Kurt Prüffer, na própria embaixada, onde os dois teriam conversado a sós e onde o Prüffer ficou sabendo do possível alinhamento Brasil-Estados Unidos em caso de ataques.

---

<sup>3</sup> Que mais tarde tornou-se presidente do Brasil, em 1946.

<sup>4</sup> Polícia do Partido Nazista.

O fato decisivo para a cisão com a Alemanha foram os torpedeamentos de navios brasileiros quando o país ainda se encontrava em neutralidade e que até o final do conflito chegaria a 32 embarcações afundadas, causando 972 mortes, sendo 470 de marinheiros e 502 de passageiros. O Brasil iria à guerra e a imprensa iria junto (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p. 40).

### **1. Força Expedicionária Brasileira**

Após a declaração de guerra, já em 1943 saiu o Diário Oficial que criava a FEB. O envio de uma força terrestre ficou acertado em um encontro entre Vargas e o presidente Frank D. Roosevelt em Natal – RN, que serviria de base militar aérea para as forças estadunidenses que atacavam o norte da Itália (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p. 43).

O Exército brasileiro conseguiu convocar 25 mil homens, que partiram para a Itália a partir de junho de 1944, fracionados em quatro escalões. Além disso, a Marinha cuidaria de patrulhamentos e comboios e a Aeronáutica mandaria pilotos e equipes de apoio. O *front* designado para os brasileiros foi o do norte da Itália, desfalcado por conta da retirada de tropas para o “Dia D”, na Normandia, França (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p. 222).

Após meses de combates, em 239 dias de ação, a FEB fez mais de 20 mil prisioneiros alemães, mas perdeu 451 soldados mortos e aproximadamente 1,6 mil feridos, acidentados e desaparecidos em combate (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p. 197-203).

No dia 8 de maio de 1944 a guerra acabou na Europa. Os brasileiros foram voltando para casa aos poucos, em frações, assim como haviam chegado. A Segunda Guerra só terminaria de vez com o ataque nuclear americano à Nagasaki e Hiroshima, isso já no mês de agosto de 1945.

#### **1.2 O retorno dos soldados**

Enquanto o soldado simples voltava para casa sem nenhum direito assegurado, pois somente nos anos 80 é que os ex-combatentes começaram a receber seus vencimentos do Governo, alguns oficiais da FEB se envolveram com a política. São desse grupo o então tenente-coronel, Humberto Castelo Branco, membro do Estado Maior da FEB na Itália; e o capitão Golbery Couto e Silva, que fazia parte do Serviço de Inteligência da FEB. Quando Getúlio assumiu o poder em 1951, eleito pelo povo, eles se opuseram de maneira árdua. Esses oficiais que saíram da FEB circularam por órgãos importantes na época, como o Clube Militar e Escola Superior de Guerra, e conforme Joel Silveira (1989) se articularam no jogo da Guerra Fria e estiveram envolvidos com a implantação da Ditadura Civil-militar.

## **2. Correspondentes de Guerra: visão estadunidense**

Os Estados Unidos entraram na guerra em 1941 e em 1942 já possuíam um manual voltado exclusivamente para jornalistas que estivessem acompanhando suas tropas no campo de batalha. O “Regulations for correspondents accompanying U.S. Army force in the field<sup>5</sup>” é de 21 de janeiro de 1942, que, com pequenas variações de um *front* para o outro e algumas revisões nos meses seguintes, era um dos instrumentos de controle do trabalho dos jornalistas e da mídia de campanha. Isso menos de dois meses após Pearl Harbour.

Foi feito pelo próprio Departamento de Guerra dos Estados Unidos e sob a supervisão do Secretário de Guerra, George .C. Marshall. Eram entendidos como correspondentes, aqueles que tinham como tarefa a indubitável função pública de disseminar notícias sobre as operações do Exército na guerra (p. 1).

---

<sup>5</sup> Regulamentos para Correspondentes acompanhando o Exército dos Estados Unidos em Campo

O termo incluía jornalistas, ilustradores, comentaristas de rádio, fotógrafos, desenhistas e outras funções da imprensa, desde que credenciados pelo Departamento de Guerra para um “teatro de operações ou base de comando”, dentro ou fora dos Estados Unidos em tempo de guerra (p. 1).

Os correspondentes respondiam à lei militar da época e se capturados pelos inimigos, deveriam ser tratados como prisioneiros de guerra, conforme a Convenção de Genebra de 1929. Deveriam manter o “decoro” e não podiam comandar, porém poderiam contar com alguns direitos iguais aos dos soldados e às vezes até melhores, como acomodações, transporte, atendimento médico e facilitação para o envio de mensagens, tudo pago pelo Governo (p. 1-2).

Também poderiam conversar com qualquer pessoa entre as tropas, desde que esses não estivessem de serviço ou que a pergunta não se tratasse de alguma informação secreta. Quem decidia se o jornalista iria ou não para o *front* seria o Departamento de Guerra ou seus autorizados. O número de correspondentes ficava a critério do Comando, porém, em alguns casos, o Departamento poderia limitar e nesses casos teriam preferência aqueles com mais experiência no tipo de cobertura (p. 2-3).

O interessado preenchia documentos com seus dados pessoais e profissionais e enviava ao Departamento. Uma vez credenciado, receberia uniforme especial com um bordado que lhe diferenciava como correspondente (p. 4). Já, o conteúdo produzido passava pelo Escritório da Inteligência ou pelo de Relações Públicas. Recebia uma cópia o setor de censura. Após a revisão, o jornalista poderia corrigir o material. Em seguida, devolvia duplicado aos dois setores novamente, ou enviava conforme a censura havia liberado (p. 06).

A censura cuidava se a declaração estava correta e suas implicações, se não estava fornecendo algum tipo de informação ao inimigo, se continha algum tipo de injúria contra a moral de pessoas,

forças ou aliados e se não era embaraçosa aos Estados Unidos, seus aliados ou países neutros (p. 07).

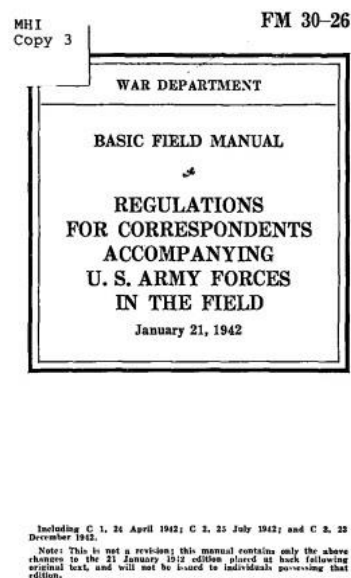


Figura 1: Fac-símile da capa dos “Regulamentos para Correspondentes acompanhando o Exército dos Estados Unidos em Campo”. Fonte: o autor

Nesse ponto, o material escrito era mais rigorosamente fiscalizado, enquanto o mediado por rádio ou via cabos sofria análise posterior. Os jornalistas tinham que ter cuidado para não identificar nomes de zonas de combate<sup>6</sup>, e quando anunciadas, nunca deveriam fazer menção a qual país se desenrolava<sup>7</sup>. Nomes de pessoas podem ser autorizados desde que autorizados e os de oficiais não poderiam ser divulgados, exceto se autorizados pelo comando (p. 7).

Cidades e vilas somente poderiam ser pronunciadas se fossem imprescindíveis para o desenrolar do texto que contava a história. No caso das bases militares, nem sua descrição era permitida. Os movimentos de tropas, reais ou possíveis, somente poderiam ser divulgados se tivessem saído antes em boletins oficiais. Qualquer plano, possível ou não, estava proibido de ser publicado, bem como, o número

<sup>6</sup> Deveriam ser informadas apenas pelos órgãos oficiais.

<sup>7</sup> Exceto se divulgado por órgão oficial.

de tropas ou o efeito das armas inimigas junto aos aliados. O que fosse publicado em países neutros também deveria passar pela censura (p. 7).

Histórias exageradas também estavam proibidas. Mortes coletivas deveriam ser notícia apenas se autorizadas em comunicados oficiais e mortes individuais apenas em casos de exemplos de heroísmo e 24h após terem ocorrido, somente com autorização do Departamento de Guerra ou seus autorizados (p. 8).

No caso das fotos valia o mesmo já mencionado e eram reveladas em um laboratório próprio, dentro do comando do campo. O serviço de Inteligência acompanhava de perto todo o processo (p. 8-9).

Quanto ao envio de material, desde que não atrapalhasse a correspondência militar e que já tivesse sido autorizado pela censura, estava liberado. Porém, ocorria que cada correspondente tinha um limite estabelecido de palavras que poderia enviar periodicamente. Mesmo as cartas pessoais eram censuradas (p. 9).

O bom relacionamento com o censor garantia a manutenção dos privilégios e caso não estivesse andando conforme o regulamento, poderia ocorrer de o correspondente ser suspenso. Em se comprovando crimes contra as regras ou mau comportamento, o correspondente poderia ser preso e levado à Corte Marcial (p. 9).

## **2.1 Correspondentes visitantes e identificações específicas**

Uma outra modalidade de correspondente era o “visitante”, que estava sujeito a circular por apenas alguns locais do *front* e em companhia de oficiais designados. Quando não fosse possível um oficial, deveria portar carta do setor de Inteligência que o permitisse tal deslocamento. Ele não usaria uniforme igual dos correspondentes credenciados e não teria as mesmas facilidades para envio de material jornalístico (p. 10).

Em abril de 1942, com o objetivo de facilitar a identificação dos correspondentes credenciados, o governo estadunidense inseriu na vestimenta dos comunicadores, um bracelete de tecido verde com uma grande letra “C” cor branca para ser usada no braço esquerdo. Os fotógrafos deveriam ter esse mesmo adereço, porém com a letra “P” ao invés de “C” (p. 13).

### **3. Os correspondentes de Guerra brasileiros**

Quando o Brasil entrou na guerra, em 1942, até que a tropa partisse e que os correspondentes conseguissem as credenciais para cobrir o conflito se passaram mais de dois anos. Quem foi enviado para cobrir o conflito no *front* brasileiro estava submetido às regras do Regulamento para Correspondentes dos Estados Unidos, afinal, as tropas brasileiras compunham o 5º Exército Americano na Itália.

O setor de imprensa estava previsto na FEB desde o começo. As divergências que se davam eram quanto à forma de implantação. Desde 1937 o sistema de governo no país era o Estado Novo, que duraria até o final do conflito mundial. Nele, quem cuidava da mídia era o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, que controlava todos os conteúdos dos órgãos de comunicação do país (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p. 125).

Nesse contexto, a primeira hierarquia do Regulamento para Correspondentes dos Estados Unidos foi quebrada e ao invés do Departamento de Guerra escolher quem iria ou não para o front, coube ao DIP analisar os currículos dos postulantes. A escolha foi política e todos aqueles que tinham problemas com o governo por conta de seus posicionamentos políticos foram descartados (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p. 125).

Foi o caso de Carlos Lacerda que mais tarde seria figura fundamental nos eventos que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas na



década de 1950. Rubem Braga (1996, p. 8) é mais crítico e direto. Ele atribui a má vontade do Governo em liberar o credenciamento dos jornalistas, primeiro porque era uma ditadura que “só com grande constrangimento acedera em guerrear o fascismo e o nazismo”, e segundo porque “havia a censura política”, ou seja, todos que escreviam ou publicavam algo desfavorável ao regime Vargas, eram vistos como potenciais inimigos desse mesmo regime.

Braga (1996) deixa claro que gostaria de ter ido com o primeiro escalão da FEB, em 22 de julho de 1944, porém, só pôde partir em 22 de setembro, já que os “correspondentes oficiais não se deram bem com o Comando (foram mandados de volta)”. Braga (1996) ainda chegou primeiro que Joel Silveira, autorizado a viajar somente em novembro/dezembro de 1944.

Xavier da Silveira (1989, p. 125) atribui a escolha de quem iria ou não, a fatores “evidentemente políticos”. Ao final de 1944 acompanhavam a FEB com a missão de produção de conteúdo jornalístico: Rubem Braga (Diário Carioca); Rui Brandão (Correio da Manhã); José Barros Leite e Joel Silveira (Diários Associados) e Egídio Squeff (O Globo). O Governo mandou outros representantes, como no papel de assessores: Thassilo Mitke (fotos); Fernando Stamoto Sívio da Fonseca (repórter) e Adalberto Cunha (cinegravista). Como visitantes passaram Carlos Alberto Dunshee de Abranches (Jornal do Brasil) e Silvia Bittencourt (esposa do dono do diretor do Correio da Manhã), que escrevia sob o pseudônimo de “Majoy”.

Joel Silveira (2005) cita nomes de pessoas que, segundo ele, não queriam saber de imprensa no *front* brasileiro: o já mencionado Eurico Gaspar Dutra e Lourival Fontes, que era o chefe do DIP. “Roberto Marinho e Herbert Moses, diretores de O Globo; Assis Chateaubriand e Austregésilo de Athayde, dos Diários Associados; Paulo Bittencourt, do Correio da Manhã; e Horácio de Carvalho, do Diário Carioca”, seriam, na visão de Silveira (2005, p. 16), os responsáveis por pressionar o DIP a

liberar a ida dos correspondentes, sob a pena de não publicar nada dos *releases* que o departamento enviasse, noticiando apenas o que as agências internacionais lhes mandassem. Os donos de jornais venceram a disputa.

Ao chegar na Itália, os correspondentes brasileiros não tiveram a vida facilitada. Joel Silveira (2005, p. 17) explicou que houve uma “frieza e mesmo desconfiança (que nunca chegou a uma declarada hostilidade) do próprio Comando da FEB”. Silveira (2005) descreve essa relação como o terceiro inimigo, já que havia o inimigo real, que eram os alemães, o DIP e a censura que eram o segundo, e essa falta de confiança do Comando, que era o terceiro.

Silveira (2005, p. 17) conta que eles foram recebidos como intrusos quando chegaram no Quartel General Avançado de Porreta Terme, e que os líderes se esquivavam deles e evitavam fornecer qualquer informação. Quando eram obrigados, o faziam de forma “reticente”, “como quem não quer puxar conversa”. Esse tipo de comportamento é atribuído por Silveira (2005), ao fato dos veículos de comunicação que eles representavam serem contrários aos procedimentos do DIP e do Governo.

Ou seja, mesmo do outro lado do Oceano, o DIP ainda conseguia impor seus preceitos de censura e contava com a ajuda de oficiais simpáticos ou sujeitos ao “varguismo”.

Essa censura velada quanto a prestar ou deixar de prestar informações só foi vencida, segundo Silveira (2005, p. 17), após o Comando perceber que eles não estavam ali para falar de política e sim para cobrir a atuação dos soldados da FEB. E, no começo de janeiro de 1945, as inimizades haviam sido amenizadas, após um encontro dos correspondentes com o chefe geral da FEB, General Mascarenhas de Moraes, no qual comeram e beberam juntos. “Daquele dia em diante, o general Mascarenhas passou a nos tratar como amigos, e muitas vezes

ele próprio quem nos convocava para falar das coisas que devíamos saber” (SILVEIRA, 2005, p. 17).

Braga (1996, p. 13) é mais crítico e afirma que os correspondentes brasileiros não tinham as mesmas facilidades de informações e de transporte que eram dadas aos jornalistas dos outros países e que a metodologia de censura do DIP e do Exército dificultavam o envio de notícias. Mesmo assim, Braga (1996) conclui que podia ser pior, pois, na visão dele, havia uma “estupidez mesquinha dos fatores da imprensa sob o Estado Novo”.

Ao contrário de Joel Silveira e Egídio Squeff, Rubem Braga (1996) não podia se dar ao luxo de enviar a quantia de texto que bem entendesse e estava restrito aos envios via aérea (BRAGA, 1996, p. 13).

O grupo de jornalistas ficou baseado em Pistóia, o Quartel General recuado, porém, diariamente, sempre que possível, tinham autorização para embarcar em um jipe e subir para o *front*, para a linha de frente. O mesmo faziam correspondentes estrangeiros credenciados junto às tropas brasileiras, tais como Francis Hallowell (apelidado de Chico da BBC, em referência à emissora a qual representava), Frank Norral (Coordenação de Assuntos Interamericanos), Henry Bagley (Associated Press) e Allan Fisher, também da Coordenação de Assuntos Interamericanos (Mitke e Silveira, 1985, p. 218).

Quanto aos jornais que circulavam nas linhas de combate brasileiras, o jornal “O Globo” editava no Brasil e enviava para a Itália o jornal “O Globo Expedicionário”. Os soldados também produziam manualmente alguns informativos como o “E a Cobra Fumou”<sup>8</sup>, o “Sampaio”<sup>9</sup>, o “Vem rolando”<sup>10</sup>, o “Marreta”<sup>11</sup>, o “Tá na Mão”<sup>12</sup> e o “Só

---

<sup>8</sup> Circulava entre os soldados do 6º Regimento de Infantaria.

<sup>9</sup> Circulava entre os soldados do 1º Regimento de Infantaria.

<sup>10</sup> Editado pela Companhia de Serviços do 11º Regimento de Infantaria, circulava entre os homens dessa unidade.

<sup>11</sup> Circulava entre os soldados do Esquadrão de Reconhecimento.

<sup>12</sup> Feito pelos soldados da Companhia de Petrechos do 11º Regimento de Infantaria.

Penas”<sup>13</sup>. Todos os jornais passavam pelo mesmo processo de censura aplicados aos veículos de comunicação empresariais representados por seus correspondentes no Teatro de Operações da Itália (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p. 126).

E como forma de oficializar as práticas dos soldados, o Serviço Especial da FEB criou o primeiro jornal institucional, o “Zé Carioca”, “um informativo leve e com páginas de humor. Seu principal redator era o Cabo José Borba”. Ao mesmo tempo criou-se o “Cruzeiro do Sul”, iniciativa do Comando da Divisão da FEB. O jornal era colaborativo e podiam escrever soldados, oficiais e os próprios correspondentes. Era uma espécie de junção, clipping de notícias selecionadas pelos redatores, onde se destacava o Cabo Naldo Caparica (XAVIER DA SILVEIRA, 1989, p. 126).

Quando Joel Silveira chegou à Itália, Rubem Braga já estava lá desde antes. A rotina dos dois e dos demais correspondentes não era diferente dos soldados que estavam na retaguarda. Dormiam em uma peça de casa transformada em redação, enfrentavam o frio e não raras vezes dormiam de roupas por conta do frio, afinal desde novembro de 1944 a neve caía por todo o *front*, acordavam 5h30m diariamente no toque de alvorada, comiam junto aos soldados e se vestiam como eles (com exceção das divisas com a palavra War Correspondent Allied e a braçadeira verde com uma letra “C” grande). Também não podiam esquecer de levar a máquina de escrever onde quer que fossem, pois, não se sabia quando poderiam escrever novamente e da mesma forma não deveriam portar qualquer tipo de arma, pois, caso fossem feitos prisioneiros poderiam entendidos como franco-atiradores e fuzilados sem julgamento (SILVEIRA, 2005, p. 10).

Quanto à coleta de informações, o Regulamento para Correspondentes também funcionava bem (depois que eles ganharam a confiança do Comando). Os jornalistas podiam ir ao *front* e conversar

---

<sup>13</sup> Feito pelo e para os soldados do Batalhão de Engenharia.

com quem quer que fosse e mesmo permanecer nas trincheiras se assim desejassem e fossem autorizados pelo comandante da unidade. Joel Silveira e Rubem Braga pousaram algumas vezes nessas condições, junto aos soldados (SILVEIRA, 2005, p. 10-15).

Porém, não era todo dia que havia novidades. Joel Silveira e Thassilo Mitke (1983, p.51), relatam que havia muitos fatos repetidos e corriqueiros que retratavam apenas notícias do cotidiano, que para quem estava lá, já durava quatro anos. Tal situação só mudou após fevereiro de 1945, quando as tropas aliadas conseguiram avançar no norte da Itália, cercando as tropas alemãs e fascistas italianas.

Nas palavras de Silveira (2005, p. 18), “tão juntos nos encontrávamos todos [jornalistas e soldados]” que não havia “qualquer mal-entendido entre um correspondente e um oficial combatente ou mesmo um pracinha”. A afirmação se encontra amparada, pois, no momento da rendição de 15 mil alemães cercados pelos brasileiros, Rubem Braga está na foto oficial da apresentação do Estado Maior Alemão, atrás dos oficiais do Exército inimigo. Joel Silveira também:



Figura 2: Rubem Braga, no centro da foto, atrás de oficial alemão e ao lado do comandante brasileiro. Detalhe para o distintivo de correspondente no ombro. Fonte: Agência Nacional



Figura 3: Joel Silveira no centro da foto no dia da Rendição. Fonte: UOL<sup>14</sup>

## Conclusão

A análise dos relatos dos correspondentes brasileiros frente ao “Regulamentos para Correspondentes acompanhando o Exército dos Estados Unidos em Campo”, de 1942, permite afirmar-se que os jornalistas que embarcaram para a Itália dispunham e se utilizavam dos direitos concedidos nos regulamentos.

As idas ao front, o fardamento, a alimentação, a relativa liberdade de falar com quem quer que fosse e até mesmo o afrouxamento (em alguns momentos) da presença de um oficial para acompanhá-los em todas as saídas, evidenciam essa relativa liberdade.

Não que não houvesse oficiais ou suboficiais para ir com eles, contudo, em alguns momentos seguiam os jornalistas e um motorista. O Major Souza Júnior, por exemplo, é chamado por Mitke e Silveira (1983, p. 63), de “pai” dos correspondentes, por sempre facilitar o serviço de pessoal e ainda indicar algumas pautas que poderiam interessar.

Nem mesmo a missão de colher dados no *front*, voltar para Pistóia e enviar o material para a censura do Exército restringia ou se colocava contra as normas dos Regulamentos para Correspondentes, entretanto, o que restringiu em primeiro momento o trabalho dos correspondentes foi a forma como eles foram tratados por orientação do DIP.

Por outro lado, se forem levadas em conta as contínuas censuras do DIP, esse sim era um problema para os jornalistas, pois, mesmo com a liberação do Exército, poderia acontecer do DIP barrar o conteúdo no Brasil.

Quando a guerra terminou, poucos meses depois acabou também o Estado Novo. Porém, a prática da censura persistiu com outros nomes durante o período pós-Vargas e em seguida nos governos que se sucederam, sendo abolida enquanto política oficial de Estado a partir da redemocratização nos anos 80.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://f.i.uol.com.br/folha/poder/images/11125596.jpeg>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

A censura imposta pelo DIP desde 1937 colocava a imprensa em um novo patamar, o que era inédito desde 1808, com a chegada da imprensa no país. Segundo Anelize Vergara (2014, p. 16), “por força da Constituição de 1937, a imprensa foi considerada serviço de utilidade pública, condição inédita e que alterou o papel antes desempenhado, o de ser um lugar de debates de ideias, opiniões e concepções”.

Ao aprimorar órgãos que controlavam a informação e o controle dos meios de comunicação de massa, o governo pretendia divulgar seus feitos e propagar os ideais do novo regime. Nesse projeto, a imprensa, o rádio e o cinema ocuparam posição de destaque (VERGARA, 2014, p. 16).

Logo, a censura que o DIP exercia não era outra coisa que não uma prática legal, mesmo que imoral. Quanto aos jornalistas, como previam os Regulamentos para Correspondentes, eles faziam parte de uma Divisão de combate e, por isso, estavam sujeitos às leis militares, não podendo, portanto, exercer outro papel que não fosse de relatar os fatos conforme as regras do grupo militar no qual estavam inseridos, mesmo sob censura, e em caso de desobediência corriam o risco do arrastamento para a cadeia ou para um tribunal militar.

Além do mais, mesmo como membros de uma imprensa que em tese era independente, os jornalistas provinham de um país aliado e como explicou Joel Silveira (2005), política não era assunto para ser tratado naquele momento, onde a informação, principalmente as boas notícias da linha de frente eram também armas de guerra, uma vez que poderiam ser usadas para elevar o moral dos combatentes e no *front* interno, no Brasil, para mobilizar a população.

Rubem Braga (1996), por exemplo, costumava colocar em seus escritos, os primeiros nomes e o endereço de alguns soldados, tanto como forma de humanizar seus escritos, como para confortar familiares e amigos de tantos outros que pela primeira vez tinham um parente lutando em uma guerra tão longe de casa.

No campo das políticas de comunicação, o presente estudo serve para mostrar que em tempos de guerra, o Estado pode ser um censor atuando junto à própria censura dos meios militares. No entanto, no caso em questão, tratou-se de uma situação atípica, porque naquele momento histórico havia uma ditadura no Brasil, que era o Estado Novo.

Como o Brasil não se envolveu em conflitos globais, do mesmo porte que a II Guerra, não é possível afirmar se o mesmo tratamento dado aos correspondentes de 1944-45 seria posto em prática novamente.

Portanto, fica o presente trabalho como lembrança das políticas de comunicação impostas aos jornalistas que estiveram na frente de batalha do norte da Itália, credenciados junto à Força Expedicionária Brasileira. Quanto ao cumprimento dos Regulamentos para Correspondentes, os mesmos o seguiram à risca e somente tiveram problemas no próprio Brasil, onde o DIP estava livre para cercear o direito concedido pelo mesmo Regulamento, de publicar após verificação do Exército.

## **Bibliografia**

BRAGA, Rubem. **Crônicas da guerra na Itália**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Record, 1996.

MITKE, Thassilo; SILVEIRA, Joel. **A luta dos pracinhas**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SILVEIRA, Joel. **O inverno da guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SILVEIRA, Joel. **Segunda Guerra Mundial: todos erraram, inclusive a FEB**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

VERGARA, Anelize. **Rubem Braga: Crônica e censura no Estado Novo (1938-1939)**. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis –UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestra em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade). Assis, SP. 2014.